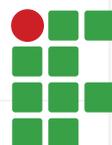


ISABEL DOS SANTOS LIMA  
JALVA LILIA RABELO DE SOUSA

# MANUAL DE ACOLHIMENTO

PARA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE DISCENTES  
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

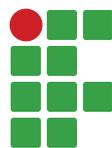


**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Piauí

ISABEL DOS SANTOS LIMA  
JALVA LILIA RABELO DE SOUSA



MANUAL DE ACOLHIMENTO PARA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA  
DE DISCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Piauí

TERESINA – PI  
2024

**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

**Reitor** Paulo Borges da Cunha  
**Pró-Reitora de Administração** Larissa Santiago de Amorim  
**Pró-Reitor de Ensino** Odimógenes Soares Lopes  
**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação** José Luís de Oliveira e Silva  
**Pró-Reitora de Extensão** Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes  
**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional** Paulo Henrique Gomes de Lima

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Ricardo Martins Ramos – Presidente  
Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva – Secretário-Geral  
Prof. Me. Alan Elias Silva – Membro  
Prof. Dr. Alex Dias de Jesus – Membro  
Bibliotecária Esp. Aurilene Araújo da Costa – Membro  
Profa. Ma. Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes – Membro  
Prof. Dr. Israel Alves Correa Noletto – Membro  
Prof. Dr. José Carlos Raulino Lopes – Membro  
Profa. Ma. Oscarina de Castro Silva Fontenele – Membro  
Bibliotecária Me. Sindya Santos Melo – Membro

**Diagramação:** Jonathan Cruz Torres

**Capa:** Jonathan Cruz Torres

**Revisão de Texto:** Isabel dos Santos Lima e Profa. Dra. Jalva Lilia Rabelo de Sousa

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

L732m	Lima, Isabel dos Santos Manual de acolhimento para inclusão e permanência de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) / Isabel dos Santos Lima, Jalva Lilia Rabelo de Sousa. - Parnaíba-PI: IFPI, 2024. 40 f.: il. color.  Inclui referências. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-65-86592-92-4 DOI: 10.51361/978-65-86592-92-4  Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) – Instituto Federal do Piauí, <i>Campus</i> Parnaíba, 2024.  1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Transtorno do Espectro Autista (TEA). 3. Inclusão. 4. Permanência. 5. Educação inclusiva. 6. PROFEPT. I. Sousa, Jalva Lilia Rabelo de. II. Título.  CDD – 378.013
-------	---

**Ficha catalográfica elaborada por Isabel dos Santos Lima CRB 3/1060**

Esta obra é uma publicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam a opinião do Conselho Editorial.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons. Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.



## LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

CID	Classificação Internacional de Doenças
EPD	Estatuto da Pessoa com Deficiência
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PcD	Pessoa com Deficiência
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROFEPT	Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RPDI	Regulamento da Política da Diversidade e Inclusão do IFPI
TEA	Transtorno do Espectro Autista



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 INTRODUÇÃO	6
2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): definição, características e níveis de suporte	7
3 BASE LEGAL PARA INCLUSÃO DE DISCENTES COM TEA	12
4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EPT APLICADA NO IFPI	17
4.1 Princípios da política de inclusão do IFPI	17
4.2 Como ocorre processo de aprendizagem do discente com TEA?	19
4.3 Quais as características associadas ao TEA na sala de aula?	21
4.4 Quais as formas de avaliação do discente com TEA?	22
4.5 Contexto escolar	23
4.6 Quais os cuidados na sala de aula?	24
4.7 Como realizar a inclusão do discente com TEA?	25
4.8 Os desafios da inclusão do TEA na instituição de ensino	26
5 ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DE DISCENTES COM TEA	28
6 ESTRATÉGIAS PARA ELIMINAR BARREIRAS PARA O ACESSO A INCLUSÃO DE DISCENTES COM TEA	30
7 ORIENTAÇÕES E CONCEITOS	31
8 CONTATO DOS NAPNE's DO IFPI	33
REFERÊNCIAS	35

# APRESENTAÇÃO

Caro docente!

Este Manual de Acolhimento, enquanto produto educacional, é derivado da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), especificamente no *Campus* Parnaíba. Este manual foi elaborado por Isabel dos Santos Lima, sob a orientação da Professora Doutora Jalva Lília Rabelo de Sousa.

Para sua elaboração, foi empregada a plataforma Canva, uma ferramenta gratuita de design gráfico online que proporciona ao usuário a capacidade de criar diversos elementos visuais, tais como gráficos para mídias sociais, apresentações, infográficos, pôsteres, livros, entre outros recursos.

O manual, elaborado de maneira reflexiva, adota uma estrutura baseada em ciclos formativos (inicial, intermediário e avançado), apresentando um conteúdo programático relacionado ao tópico abordado em cada ciclo destinado aos docentes. Seu propósito é servir como um instrumento facilitador da inclusão e da permanência de discentes com necessidades de educação especial, com foco especial no Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Destina-se a ser utilizado como um manual de acolhida, orientando a classe docente no processo de ensino e aprendizagem desses discentes. Cada ciclo abordará uma temática específica de formação docente, contribuindo para a eficácia do processo educacional inclusivo.

O manual propõe estabelecer estratégias abrangentes de acolhimento, desempenhando o papel de guia de formação pedagógica destinado aos docentes no manejo desse público específico. Tem-se como proposta, que a adoção do manual é notável nos encontros pedagógicos, onde será abordado como recurso para orientar os docentes em estratégias de acolhimento direcionadas aos discentes com TEA. A distribuição e orientação sobre o manual ocorrerão durante os encontros pedagógicos, com o apoio do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) e da Diretoria de Ensino de cada campus. Essa abordagem será realizada em uma janela específica, focalizando os discentes ingressantes com TEA e promovendo uma integração mais efetiva no ambiente educacional.

**“Ensina-me de várias maneiras, pois assim sou capaz de aprender.”**  
**Cíntia Leão Silva**

# 1 INTRODUÇÃO

Este manual tem por objetivo contribuir no exercício profissional de educadores para a facilitação do acolhimento e aprendizado dos discentes com TEA, promovendo um atendimento mais personalizado, adequado às suas reais necessidades no âmbito escolar. A pesquisa e elaboração do Produto Educacional serão conduzidas sob a premissa de que a concepção de inclusão engloba todas as pessoas. Dessa forma, a proposta do produto, contextualizada à realidade do IFPI, parte do pressuposto de que a Educação Inclusiva abarca os discentes do público-alvo com necessidades específicas, indo além deles para incluir todos os discentes, com ou sem deficiência, independentemente de suas particularidades e demandas educacionais.

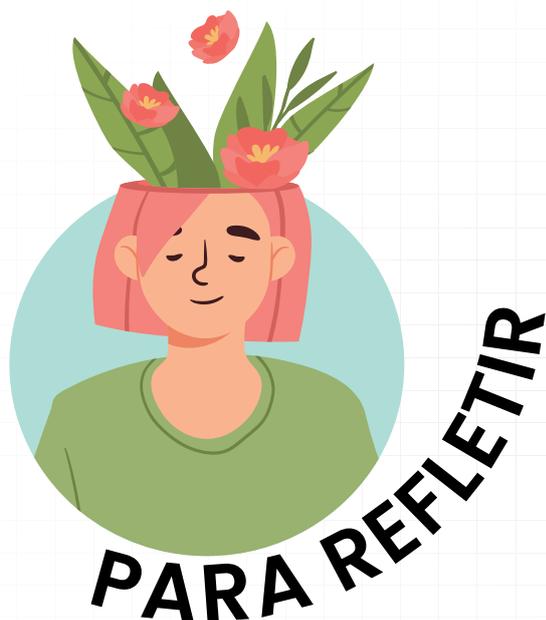
O manual de acolhimento visa instruir os docentes sobre as práticas de recepção de discentes com TEA, capacitando-os a implementar estratégias inclusivas em suas áreas de ensino. Este guia orientará os docentes no desempenho de um papel inclusivo no processo de ensino e aprendizagem de seus objetos de estudo. Além disso, pode servir como um paradigma de referência para outras instituições educacionais, permitindo o usufruto ou adaptação das diretrizes propostas.

As análises dos dados coletados durante a pesquisa foram diretamente aplicadas à elaboração do Produto Educacional. Essa decisão foi tomada após a avaliação dos resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas, conduzindo à escolha pela sequência didática.

O propósito subjacente a este manual de acolhimento consiste na concepção deste como um compêndio de diretrizes, almejando, concomitantemente, incitar, nos diversos agentes institucionais que compõem o IFPI, a reflexão e a adaptação de suas práticas pedagógicas e institucionais no âmbito inclusivo.



## 2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): definição, características e níveis de suporte



**T**

**TRANSTORNO**  
(Distúrbios, Alterações)

**E**

**ESPECTRO**  
(Níveis, Intensidade)

**A**

**AUTISTA**  
(Vem do grego "Autos" – que significa próprio, descreve uma pessoa que está isolada para ela própria)

**TEA** - O que chamamos de "AUTISMO" significa: transtorno/distúrbio de várias intensidades

Fonte: adaptação de <https://files.passeidireto.com/c0a0474d-429f-4836-b9a0-93454038a670/bg2.png>

### Definição do TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio que afeta o desenvolvimento neurológico identificado por características variáveis identificados por dificuldades de comunicação e interação social, atraso no desenvolvimento motor, hipersensibilidade sensorial e comportamentos metódicos ou repetitivos (*American Psychiatric Association, 2014*).

O TEA é, principalmente, uma condição que afeta a sociabilidade, a comunicação e o comportamento das pessoas, resultando em prejuízos em múltiplos níveis cognitivos, motores e sociais. É também importante enfatizar que é raro que o TEA se manifeste de maneira idêntica em indivíduos que o possuem (*American Psychiatric Association, 2014*).

## Características do TEA

A compreensão aprofundada das características que definem o TEA é essencial para uma visão abrangente desse distúrbio do neurodesenvolvimento. Dessa forma, ao aprofundarmos nossa compreensão acerca dessas características, podemos desvelar as complexas nuances que permeiam a abordagem socialmente atípica, proporcionando uma análise mais detalhada das interações sociais e comportamentais presentes no contexto do TEA. Essa visão aprimorada é crucial para informar estratégias de intervenção e apoio voltadas para indivíduos que enfrentam os desafios associados a esse transtorno.

### PESSOAS COM TEA PODEM APRESENTAR DÉFICITS PERSISTENTES NA COMUNICAÇÃO E NA INTERAÇÃO SOCIAL VERBAL E NÃO VERBAL:

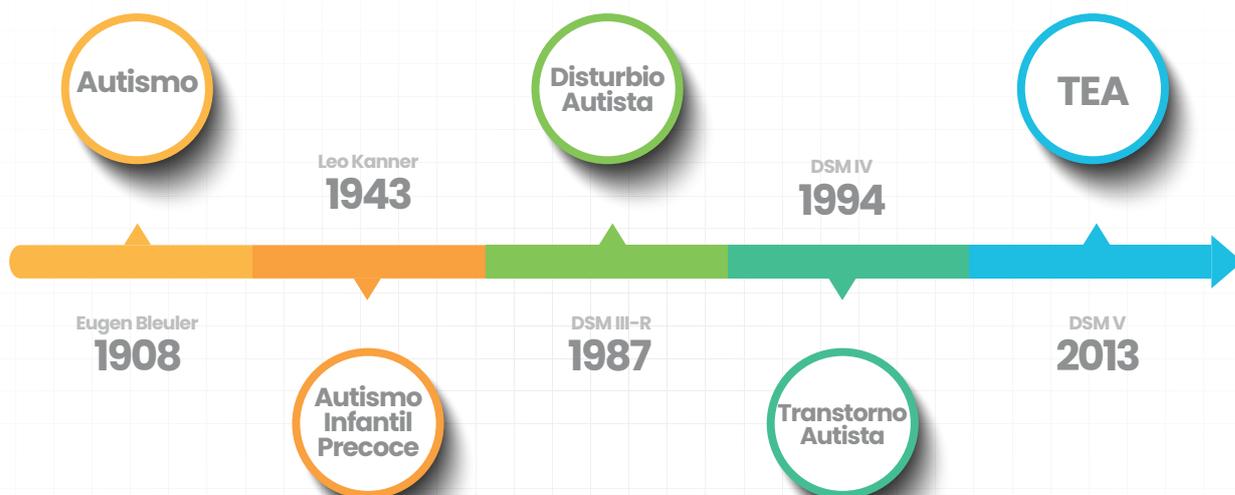
- 1** Abordagem social atípica
- 2** Dificuldade em manter uma **conversa**
- 3** **Compartilhamento** reduzido de interesses, emoções ou afetos
- 4** Dificuldades para iniciar ou responder a **interações sociais**
- 5** Déficit na compreensão e aprendizado de **gestos e expressões faciais**
- 6** Fragmentação do **contato visual**
- 7** Dificuldade em manter **relacionamentos**

### PESSOAS COM TEA PODEM APRESENTAR PADRÕES RESTRITOS E REPETITIVOS DE COMPORTAMENTO, INTERESSES OU ATIVIDADES:

- 1** **Movimentos** repetitivos e rítmicos
- 2** **Fala** estereotipada (discurso repetido e rituais que podem ser linguísticos, motores e até de postura)
- 3** Repetição da fala de terceiros (**ecolalia**)
- 4** Adesão inflexível a **rotinas**
- 5** Padrões **ritualizados** e **seletividade** alimentar
- 6** Interesses fixos e altamente restritos (**hiperfoco**)
- 7** **Hiper ou hiporreatividade** a estímulos sensoriais

Fonte: adaptação (Rezende; Lorenz, 2021).

## Linha do tempo para classificação diagnóstica para o Transtorno Mental - TEA



Fonte: Portal de Divulgação Científica do IPUSP, 2023.

### Você sabe quais são os níveis de suporte do TEA?

Importante frisar que atualmente seguimos a nova classificação diagnóstica para os Transtornos Mentais - o DSM-5 - Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana, publicado em 2013, sendo um instrumento desenvolvido para ser aplicado por profissionais habilitados, com experiência clínica e sólido conhecimento da psicopatologia. Dentre esses Transtornos Mentais o TEA encontra-se categorizado em três níveis de suporte diferentes, predominantemente relacionados ao grau de dependência que podem variar, indo de nível 1 para nível 2 e nível 3, com sinais comportamentais que envolvem atrasos na fala, baixo contato visual, ecolalia, alterações emocionais diante de mudanças na rotina, seletividade alimentar e apegos anormais a objetos, embora nem todos os indivíduos apresentem todos esses sinais. Ao identificar o diagnóstico de TEA de uma pessoa, classificamos em três níveis diferentes de suporte, predominantemente relacionados ao grau de dependência.

Segundo Mecca *et al.* (2011), as causas do autismo são neurobiológicas ou genéticas, sendo a genética a principal hipótese. Atualmente, em relação às características específicas sobre um diagnóstico do TEA, relata-se a dificuldade de manter o contato visual, ecolalia (repetição mecânica de palavras ou frases ouvidas), estereotípias (comportamentos repetitivos e rituais), interesses restritos, bem como dificuldades na comunicação, linguagem expressiva e receptiva.

## TEA Nível 1

Indivíduos enquadrados no nível 1 do TEA manifestam sintomas de menor gravidade, caracterizando-se como uma forma leve da condição. Apresentam desafios em contextos sociais, comportamentos restritivos e repetitivos, embora necessitem apenas de um suporte mínimo para desempenhar suas atividades diárias. A comunicação verbal e o estabelecimento de alguns relacionamentos podem ser alcançados, contudo, a manutenção de conversas e a construção de amizades podem representar obstáculos. A preferência por rotinas estabelecidas, associada à aversão a mudanças e eventos inesperados, bem como a inclinação para realizar atividades de maneira específica, são características observadas em indivíduos no nível 1 do TEA.

## TEA Nível 2

Indivíduos classificados no nível 2 do TEA demandam um suporte mais substancial em comparação aos diagnosticados com TEA leve, representando a faixa intermediária em termos de gravidade das características e necessidade de assistência. Em geral, enfrentam maiores desafios nas habilidades sociais e em situações sociais quando comparados aos do nível 1. A comunicação verbal pode ser limitada, com conversas frequentemente breves ou restritas a temas específicos, possivelmente requerendo suporte para participação em atividades sociais. O comportamento não verbal pode manifestar atipicidades, como falta de contato visual e expressão limitada de emoções por meio da fala ou de expressões faciais. Indivíduos com TEA nível 2 exibem comportamentos restritivos e repetitivos de maior intensidade do que aqueles com TEA leve, sendo notável sua preferência por rotinas ou hábitos que, se interrompidos, podem resultar em desconforto e perturbação.

## TEA Nível 3

Indivíduos diagnosticados com o TEA no nível 3 demandam um suporte substancial devido à sua condição, representando a forma mais grave do TEA. A presença de dificuldades significativas nas habilidades sociais e de comunicação é notável, juntamente com comportamentos restritivos e repetitivos que interferem em sua

autonomia nas atividades diárias. Embora alguns indivíduos possam apresentar comunicação verbal, muitos não utilizam palavras ou possuem um vocabulário limitado. A adaptação a eventos inesperados pode ser desafiadora, associada a sensibilidades sensoriais excessivas ou reduzidas, além de comportamentos repetitivos, como balanço e ecolalia. A assistência considerável é necessária para facilitar a aquisição de habilidades essenciais para a vida cotidiana por parte das pessoas com TEA severo.

Fonte: adaptação (Rezende; Lorenz, 2021).

### GRAU DE SUPORTE NECESSÁRIO PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES COTIDIANAS



### 3 BASE LEGAL PARA INCLUSÃO DE DISCENTES COM TEA



A inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) é tema recorrente de vários contextos sociais. Em se tratando de educação, existe tanto uma base legal, construída a partir de declarações internacionais e leis, que serão apresentados no decorrer do manual, quanto abordagens investigativas que apontam para a necessidade de mudanças conceituais e pedagógicas que se propõe para atuação nos vários níveis educacionais.

Uma conquista para a inclusão das Pessoas com Deficiência é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, a qual se destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas Pessoas com Deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã. O Transtorno do Espectro Autista, TEA, está enquadrado no Estatuto da Pessoa com Deficiência e definido na Lei nº 12.764/2012, conhecida como “Lei Berenice Piiana”, que considera a pessoa com TEA pessoa com deficiência (PcD) para todos os fins legais.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015 é um marco na história da inclusão social no Brasil. Ele representa o resultado de uma longa jornada de lutas e conquistas, que visam garantir a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Até a promulgação do EPD, as pessoas com deficiência eram frequentemente marginalizadas e excluídas do convívio social. Isso se deve, em grande parte, à

percepção equivocada de que essas pessoas eram incapazes de exercer plenamente seus direitos e deveres de cidadania.

O EPD, por outro lado, reconhece as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e deveres. Ele estabelece um conjunto de normas e diretrizes que visam garantir a igualdade de oportunidades e o exercício pleno da cidadania dessas pessoas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) – Lei nº 9.394/96, assegura o direito à educação especial para todos os educandos com necessidades especiais, desde a educação infantil. Essa educação deve ser oferecida em condições de igualdade, com currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos, bem como a possibilidade de terminalidade específica para aqueles que não atingirem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental (Brasil, 1996).

E para garantir o atendimento especializado, conforme a LDB, é necessário que hajam professores com especialização adequada, tanto em nível médio quanto superior, além da capacitação de professores do ensino regular para a integração dos educandos com necessidades especiais nas classes convencionais (Brasil, 1996).

De acordo com a LDB, em seu Art. 59, é enfática ao recomendar que existam professores de ensino médio ou superior com capacidade para realizar o atendimento especializado, bem como a integração de alunos com deficiência no ensino regular. Portanto, acredita-se que orientações pedagógicas direcionadas para professores podem contribuir para a eficácia da inclusão, bem como para a permanência do perfil de alunado com TEA (Brasil, 1996).

A LDB representa uma significativa contribuição para o panorama educacional, entre outros motivos, ressalta-se que a legislação determina que os sistemas de ensino assumam a responsabilidade de assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades individuais.

Destaca-se ainda o reconhecimento do direito à terminalidade específica para aqueles que, devido a deficiências, não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental. Além disso, a LDB contempla a possibilidade de aceleração de estudos para estudantes superdotados, possibilitando-lhes a conclusão do programa escolar de forma mais ágil. Um ponto fundamental dessa legislação é a incumbência atribuída às redes de ensino de prover todos os recursos necessários para assegurar a igualdade de oportunidades entre estudantes com NEE e seus colegas.

## Direitos e garantias fundamentais da pessoa com TEA

A Lei nº12.764, de 27 de dezembro de 2012 também conhecida por “Lei Berenice Piiana” institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. O avanço se deu no que diz respeito às necessidades de oferecer serviços mais personalizados e focados para pessoas com TEA, os integrando ao processo educacional de forma que a evitar suas exclusões e, conseqüentemente, desistências das escolas, como também suas potencialidades educacionais sejam fomentadas.

Assegurar uma vida digna, respeitando a integridade física e moral, permitindo o livre desenvolvimento da personalidade, segurança e lazer é primordial.

O direito à saúde abrange diagnóstico, atendimento multiprofissional, nutrição, terapia nutricional e medicamentos.

Proteção contra abusos, acesso à educação, moradia e mercado de trabalho são direitos fundamentais que contribuem para o bem-estar e desenvolvimento integral do indivíduo.

Esta Lei também estipula que a pessoa com TEA é considerada pessoas com deficiência, para todos os efeitos legais.



## **Que a educação inclusiva é um desafio, todos sabemos.**

Os inúmeros avanços na perspectiva legal e pedagógica, repercutidos muitas vezes de ações e lutas sociais isoladas e espalhadas por várias regiões geográficas brasileiras e internacionais, trouxeram para o centro das discussões em torno de uma sociedade mais democrática e inclusiva, as questões em torno do acesso inclusivo educacional de pessoas com deficiência, seja ela quais forem, e tenham elas a deficiência que tiverem.

Por isso, a necessidade de refletir sobre os quesitos que ainda precisam ser atendidos para que a educação inclusiva se torne uma realidade cada vez mais presente e abrangente, contextual e personalizada, quebrando barreiras pedagógicas e incluindo mais pessoas, ao ponto em que propõe, para as pessoas sem deficiência, meios e possibilidades de estarem aptas para contribuir nesse processo inclusivo.

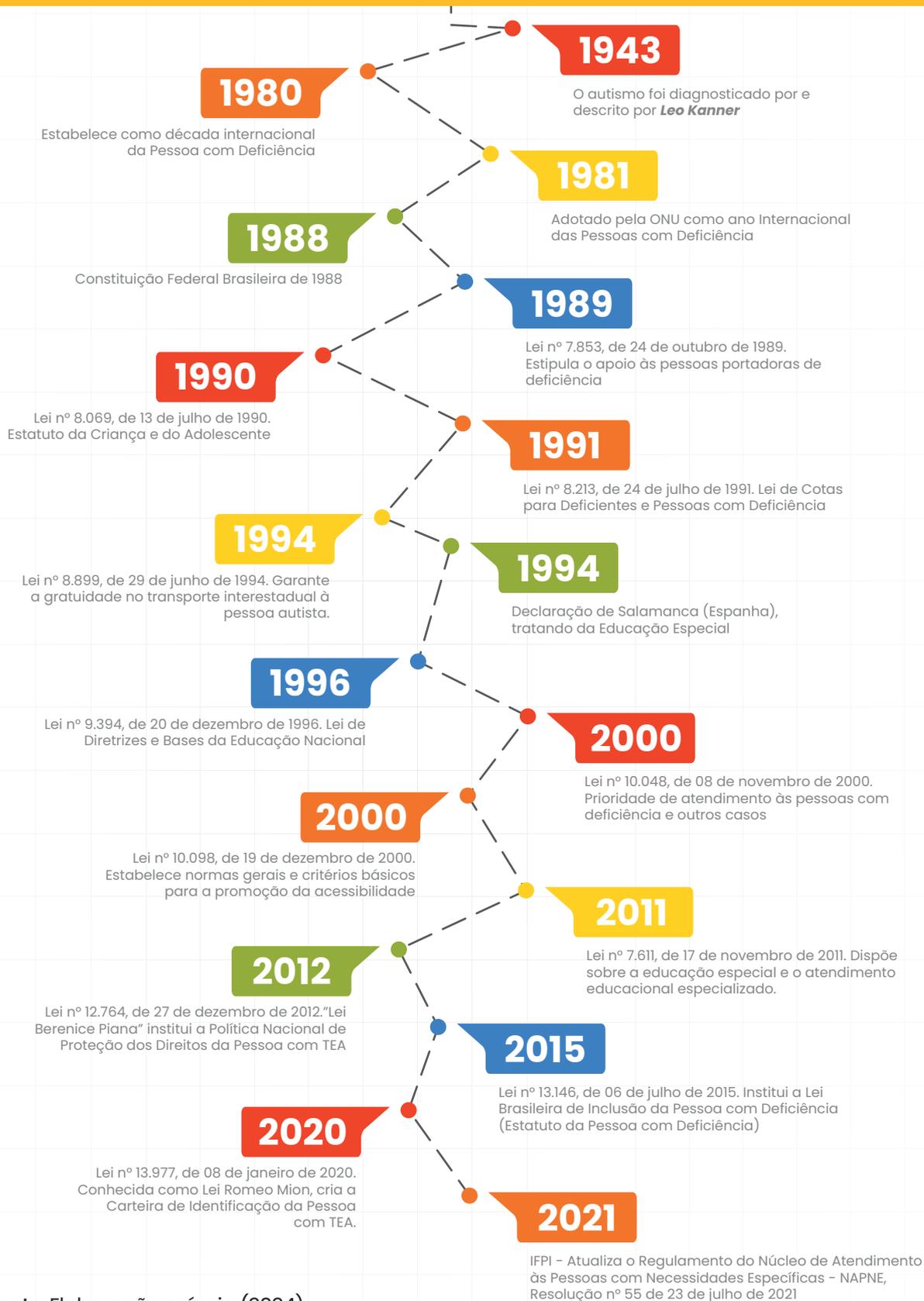
Por educação inclusiva compreendemos o acolhimento e a permanência não apenas de pessoas com deficiência, mas de quaisquer outras pessoas que se enquadrem nas minorias sociais, historicamente discriminadas e em vulnerabilidade social, de modo que todos venham a estar matriculados e tenham seu processo educacional realizado plenamente integrado no ensino regular (Onahara; Santos Cruz; Mariano, 2018).

### **Interessante, não é mesmo?**

Após esclarecer um pouco sobre Educação Inclusiva, é importante compreender sua transformação ao longo do tempo com o percurso das legislações, resoluções e decretos que perpassam sobre o marco histórico e as garantias que as pessoas com TEA possuem e deficiência em geral. Vamos observar que o aperfeiçoamento do escopo da lei, assim como das várias ações e demandas derivadas da obediência e aplicação da mesma, vem sendo construídas com o passar dos anos

desde a década de 40 do século XX. Tanto no campo legal quanto no campo político e educacional, até o impacto social gerado pelas constantes discussões em torno do tema, propondo a inclusão como mote de transformação social.

## LINHA DO TEMPO COM MARCO HISTÓRICO, LEIS, RESOLUÇÕES E DECRETOS APROVADOS QUE GARANTEM DIREITOS A PESSOAS COM TEA E DEFICIÊNCIA EM GERAL



Fonte: Elaboração própria (2024).

## 4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EPT APLICADA NO IFPI

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) na perspectiva da inclusão, de 2008, define que a Educação Inclusiva se constitui como um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008).

A inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma estratégia fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essa abordagem busca promover o acesso, a permanência, êxito e a participação plena e efetiva de todos os discentes, independentemente de suas características individuais, sejam elas físicas, intelectuais, sociais ou culturais.

Neste caso, a inclusão na EPT transcende a simples disponibilidade de acesso físico aos espaços educacionais. Ela requer a adoção de uma série de medidas que promovam a acessibilidade, a adaptabilidade e a flexibilidade do currículo, dos métodos de ensino e da avaliação. Essas medidas devem ser planejadas e implementadas de forma colaborativa, envolvendo todos os atores envolvidos no processo educativo, incluindo discentes, docentes, gestores e famílias.

### 4.1 Princípios da política de inclusão do IFPI

Em relação ao referido Núcleo no âmbito do IFPI, este foi atualizado e regulamentado pela Resolução Normativa nº56 de 2021 e versa, em seu artigo 14º, tendo por finalidade promover e desenvolver ações que propiciem a inclusão de Pessoas com NEE.

A instituição tem como incumbência executar as diretrizes e planos de ação para garantir a inclusão dos discentes com NEE, além de gerenciar e desenvolver parcerias com outras instituições, além do mais encaminhar citações de melhorias para garantir a permanência desses discentes conforme consta em seu artigo 4º, os princípios norteadores da política de diversidade e inclusão do IFPI de 2021:

I – direito à educação pública, laica, gratuita e de qualidade:



Oferecer suporte individualizado e recursos apropriados para atender às necessidades educacionais dos discentes, incluindo apoio de profissionais especializados, tecnologia assistiva e adaptações curriculares.

**II - igualdade de condições de acesso, permanência e êxito no percurso formativo:**

Garantir que todos os discentes tenham oportunidades iguais de participar, removendo barreiras físicas, sociais, econômicas e culturais que possam impedir o acesso;

Promover estratégias para apoiar a permanência dos discentes na educação, oferecendo suporte contínuo para que alcancem o sucesso acadêmico, independente das suas características individuais.

**III - articulação entre as práticas educacionais, o trabalho e as práticas sociais;**

**IV - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, as ciências e o saber;**

**V - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas:**

Implementar métodos de ensino flexíveis e estratégias de aprendizagem que atendam às necessidades individuais dos discentes, permitindo diferentes formas de expressão e avaliação.

**VI - respeito à liberdade:**

Promover uma cultura escolar inclusiva, sensibilizando todos os membros da comunidade educacional sobre a importância da inclusão e respeito às diferenças.

**VII - universalização da educação inclusiva:**

Reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade de cada discente, suas habilidades, experiências e culturas, criando um ambiente educacional inclusivo que celebre a diversidade.

**VIII - garantia dos valores éticos e humanísticos;**

**IX - convívio e respeito às diversidades étnica, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, de necessidades específicas ou outras características individuais, coletivas e sociais; e**

**X - promoção da autonomia, participação política e emancipação da juventude.**

Ao adotar práticas inclusivas no IFPI, a instituição tem a oportunidade de criar um ambiente educacional que valorize a diversidade, promova o desenvolvimento integral dos discentes e prepare os futuros profissionais para atuar em uma sociedade diversificada e plural.

## 4.2 Como ocorre o processo de aprendizagem do discente com TEA?

O processo de aprendizagem de um discente com TEA pode apresentar notável variação entre diferentes indivíduos, uma vez que cada pessoa dentro do espectro do TEA possui características, habilidades e desafios específicos distintos. Essa diversidade demanda uma abordagem personalizada para atender às necessidades individuais de cada discente, reconhecendo a singularidade de seu perfil dentro do espectro.

Em situações onde o discente apresenta comportamentos repetitivos e preferências por objetos específicos, estratégias pedagógicas podem ser adaptadas para incorporar tais elementos. Esta abordagem visa estimular o interesse e a atenção do discente, facilitando, por conseguinte, a assimilação de conteúdos específicos (Camargo *et al.*, 2020).

A compreensão do perfil e ritmo de desenvolvimento do discente com TEA está intimamente ligada a uma série de variáveis, tanto externas quanto internas. Aspectos como a qualidade dos materiais didáticos, a infraestrutura escolar, a competência dos profissionais docentes, bem como o ambiente sonoro e a densidade populacional na sala de aula, são elementos cruciais que podem exercer uma influência marcante sobre o progresso do discente.

A análise de soluções específicas para desafios de aprendizagem e comportamentais requer intervenções direcionadas. No contexto de dificuldades motoras, é crucial implementar atividades voltadas para o aprimoramento da coordenação motora. Discentes apresentando comportamentos agressivos ou hipersensibilidade exigem abordagens específicas para lidar com suas dificuldades comportamentais. Essas intervenções deve ser conduzidas por uma equipe interdisciplinar, assegurando uma abordagem completa e eficaz.

No entanto, existem algumas características gerais que podem influenciar o processo de aprendizagem de discentes com TEA:

### Diferenças na percepção e processamento sensorial

Vários discentes com TEA apresentam diferenças sensoriais, impactando a maneira como percebem e processam informações do ambiente. Essas variações sensoriais podem exercer influência significativa na forma como esses discentes



aprendem e interagem no contexto da sala de aula. É essencial considerar essas particularidades sensoriais ao planejar estratégias pedagógicas, a fim de otimizar o ambiente de aprendizagem e promover a inclusão efetiva desses discentes.

#### **Padrões de comportamento e interesses específicos**

Discentes diagnosticados com TEA podem manifestar interesses intensos em domínios específicos, demonstrando uma concentração profunda em determinados tópicos. Esses interesses constituem uma ferramenta potencialmente eficaz para estimular e envolver o processo de aprendizagem desses discentes.

#### **Dificuldades na comunicação e interatividade social**

Discentes com TEA podem enfrentar desafios na comunicação, tanto verbal quanto não verbal, assim como dificuldades em interpretar e reagir a pistas sociais. Esses aspectos podem influenciar a maneira como esses discentes recebem informações e interagem em ambientes educacionais.

#### **Necessidade de estrutura e rotina**

Discentes com TEA frequentemente encontram benefícios em ambientes estruturados, com rotina e previsibilidade. Alterações inesperadas ou a ausência de uma rotina estabelecida podem gerar desconforto e impactar a capacidade de aprendizado desses discentes.

#### **Abordagens educativas individualizadas**

A abordagem de ensino mais eficaz para discentes com TEA frequentemente se caracteriza pela individualização, adaptada às suas necessidades particulares e estilos de aprendizagem. Estratégias visuais, suportes de comunicação alternativa, rotinas claras e reforço positivo são frequentemente empregados para facilitar o processo de aprendizagem desses discentes.

#### **Intervenção precoce e multidisciplinar**

A intervenção precoce e o suporte multidisciplinar, que envolvem profissionais como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e educadores especializados, desempenham um papel crucial no desenvolvimento e aprendizado de indivíduos com TEA.

É essencial considerar a singularidade de cada pessoa com TEA ao abordar seu processo de aprendizagem. As estratégias educacionais e de apoio devem ser adaptadas para atender às necessidades individuais, respeitando suas habilidades e desafios específicos, a fim de promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz (Fernandes; Martinez; Polli, 2021).

### 4.3 Quais as características associadas ao TEA na sala de aula?

As características associadas ao TEA na sala de aula têm sido objeto de recentes pesquisas, identificando aspectos que impactam tanto o aprendizado quanto o comportamento desses discentes com TEA.

Uma das características proeminentes do TEA é a dificuldade na comunicação e interação social. Discentes diagnosticadas com TEA enfrentam desafios em entender e utilizar tanto a linguagem verbal quanto a não verbal, além de interpretar expressões faciais, gestos e linguagem corporal. Essas dificuldades podem prejudicar a comunicação com colegas e professores, assim como a participação em atividades sociais. Dentre as dificuldades destacadas incluem-se o uso limitado de linguagem, dificuldades em entender e responder a perguntas, e desafios em iniciar e manter interações sociais (Lima *et al.*, 2023).

Outra característica comum do TEA é a presença de comportamentos repetitivos e restritos. Discentes com TEA podem manifestar comportamentos como balançar, bater as mãos ou girar objetos, além de apresentar dificuldades em lidar com mudanças na rotina ou situações imprevisíveis. Comportamentos inadequados, como crises de choro ou birras, podem resultar dessas dificuldades (*American Psychiatric Association*, 2014).

Os interesses intensos e obsessivos em tópicos específicos também são uma característica observada em discentes com TEA. Embora esses interesses possam servir como fonte de motivação e prazer, podem igualmente dificultar a concentração em outras atividades (*American Psychiatric Association*, 2014).

Diante dessas características, é crucial que docentes e educadores estejam cientes para oferecerem adaptações e apoio adequados.

Estratégias como o uso de linguagem clara, apoio visual e estruturado, paciência, compreensão e a evitação de mudanças abruptas na rotina são fundamentais para o sucesso de pessoas com TEA na escola e na vida. Oferecer oportunidades para a socialização também é uma prática recomendada. Através desse apoio apropriado, pessoas com TEA podem alcançar sucesso tanto academicamente quanto em sua trajetória de vida.

- **Participação na sala e sociabilidade:** dependendo do contexto e do grau esse discente com TEA, poderá não conseguir ficar na sala de aula ou criar algum vínculo com os colegas e/ou docentes;
- **Cognição:** analisar se o discente com TEA possui organização e planejamento, boa memória de trabalho, atenção sustentada e atenção seletiva e qual o nível de percepção visual e auditiva, pois esses pontos cognitivos podem ser deficitários em consequência do TEA;
- **Aspectos acadêmicos:** nível de aprendizado na leitura, escrita e matemática;
- **Saúde mental:** muitos discentes com TEA possuem outro transtorno do neurodesenvolvimento associado, por isso a importância da avaliação diagnóstica.

Fonte: adaptação de Instituto NeuroSaber, 2022.

## 4.4 Quais as formas de avaliação do discente com TEA?

A análise do discente diagnosticado com TEA requer uma consideração abrangente de diversos elementos. Destacam-se:

- A utilização de avaliações adaptadas com linguagem objetiva, priorizando as habilidades observadas em sala de aula. Propõe-se a elaboração de atividades de duração adequada e alinhadas aos interesses específicos do discente com TEA, visando estimular o pensamento lógico e fortalecer os vínculos afetivos. A constante promoção de incentivos é essencial nesse processo;
- Avaliar a intensidade do TEA é fundamental, categorizando-o em níveis: nível 1, nível 2 e nível 3. Importante notar que esses níveis não são exclusivamente negativos, podendo apresentar aspectos positivos. Por exemplo, alguns discentes com TEA podem demonstrar hiperfoco em atividades específicas, como leitura ou organização, o que pode ser aproveitado de maneira construtiva;
- É essencial verificar a capacidade desse discente com TEA em relação à socialização, identificando os momentos nos quais consegue estabelecer vínculos sociais. Além disso, é relevante observar em que circunstâncias ele demonstra habilidade para compartilhar suas experiências, contribuindo

- para uma compreensão mais abrangente de suas interações sociais;
- É crucial observar a comunicação e estruturação da linguagem do discente com TEA, incluindo aspectos fonológicos, estrutura lexical e semântica. Examinar a capacidade de compreensão e participação em conversas é fundamental, identificando estímulos específicos que possam facilitar a interação. Além disso, a avaliação da linguagem não-verbal é essencial, verificando se o discente utiliza gestos durante a comunicação e se consegue compreender gestos realizados por outras pessoas.

Fonte: adaptação de Instituto NeuroSaber, 2022.

## 4.5 Contexto escolar

Implementar métodos de instrução baseados em modelos pedagógicos adaptados para atender às necessidades específicas de discentes com TEA é essencial. É fundamental delinear de maneira coerente esses métodos, considerando a singularidade de cada caso (Camargo *et al.*, 2020).

Na interação entre docente e discente, o educador deve atentar-se a alguns pontos cruciais:

- **Oportunidades de participação:** criar oportunidades para a participação ativa do discente durante a aula ou atividades, proporcionando métodos variados que possam ser adaptados às suas necessidades;
- **Adaptação do ritmo da aula:** adaptar o ritmo da aula para atender às necessidades individuais do discente, garantindo que o conteúdo seja apresentado de maneira compreensível e acessível;
- **Feedback sobre o método utilizado:** avaliar a resposta do discente com TEA em relação aos métodos pedagógicos empregados, ajustando as abordagens conforme necessário para otimizar a compreensão e participação;
- **Correção de erros:** desenvolver estratégias eficazes para corrigir erros, utilizando abordagens positivas e fornecendo materiais pedagógicos acessíveis, construtivo que favoreça o aprendizado;
- **Duração do engajamento:** observar a duração do engajamento do discente com TEA em diferentes atividades, identificando padrões de interesse e ajustando o planejamento conforme necessário;
- **Manejo de comportamentos inadequados:** avaliar o nível de sucesso na

condução de comportamentos inadequados, implementando estratégias de intervenção eficazes e promovendo um ambiente positivo de aprendizado.

- **Evolução na socialização e interação:** monitorar a evolução do discente com TEA em termos de socialização e interação, promovendo situações que estimulem o desenvolvimento dessas habilidades ao longo do tempo.

Fonte: adaptação de Instituto NeuroSaber, 2022.

## 4.6 Quais os cuidados na sala de aula?

Garantir o desenvolvimento pleno e a superação de obstáculos para o discente com TEA requer a construção de uma sólida base de apoio. Essa base é composta por uma equipe interdisciplinar, onde profissionais de diversas áreas colaboram de maneira sinérgica para atender às necessidades específicas do discente.



Essa abordagem integrada não apenas responde às demandas acadêmicas, mas também cria um ambiente acolhedor que favorece o crescimento integral do discente com TEA, considerando aspectos emocionais, sociais e comportamentais. Essa sinergia entre os pilares representa um compromisso coletivo em proporcionar um suporte abrangente e personalizado, fundamental para o desenvolvimento e bem-estar do discente ao longo de sua jornada educacional.

- **Suporte visual e de comunicação:** utilizar imagens e figuras claras e diretas

como suporte visual, auxiliando na compreensão do conteúdo;

- **Modificações de ambiente:** realizar adaptações no ambiente para promover uma convivência mais harmoniosa e prevenir comportamentos antissociais;
- **Sistemas de reforçamento:** estimular a participação do discente por meio de recompensas e benefícios, contribuindo para o engajamento nas atividades;
- **Sessões de múltiplas abordagens:** disponibilizar espaços específicos e materiais multissensoriais que favoreçam o desenvolvimento de diferentes aspectos.

Fonte: adaptação de Instituto NeuroSaber, 2022.

Portanto, para promover o desenvolvimento e superar obstáculos, é imperativo contar com o apoio de uma equipe interdisciplinar. A colaboração entre escola e profissionais especializados desempenha um papel crucial no sucesso desse trabalho. Além disso, a participação ativa da família é indispensável, formando assim os três pilares essenciais: **escola, equipe e família**. Essa abordagem integrada é fundamental para proporcionar um ambiente de apoio e crescimento integral ao discente com TEA.

## 4.7 Como realizar a inclusão do discente com TEA?

A inclusão do discente com TEA é um processo que envolve a colaboração de diversos agentes, incluindo a escola, a família e os profissionais especializados. Para que a inclusão seja bem-sucedida, é importante que todos esses agentes estejam alinhados em relação aos objetivos e estratégias a serem adotadas.

### Detecção precoce

A discussão sobre inclusão invariavelmente incorpora a detecção precoce. O diagnóstico realizado em estágios iniciais possibilita intervenções mais oportunas, contribuindo substancialmente para aprimorar o processo de inclusão do discente com TEA. É fundamental ressaltar que a iniciativa de inclusão não se restringe ao ambiente escolar; para sua efetivação, torna-se imperativo estabelecer políticas públicas de detecção precoce, visando facilitar o processo global de inclusão desde as fases iniciais do desenvolvimento do indivíduo.

### Canal de comunicação aberto com a família

Manter contato próximo com a família é essencial para compreender



profundamente o discente com TEA. O docente deve buscar informações sobre terapias e estímulos recebidos fora da escola para adaptar estratégias eficazes em sala de aula. Dada a amplitude do TEA e a singularidade de cada indivíduo, é crucial considerar as características específicas de cada discente para desenvolver um planejamento pedagógico eficiente.

#### **Apoio multidisciplinar**

O envolvimento comprometido da família é crucial, mas o docente também necessita do suporte de uma equipe multidisciplinar, incluindo médicos especializados, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, entre outros. Diante da diversidade de sintomas e níveis de gravidade no TEA, cada discente precisa ser analisado individualmente. O docente, sozinho, muitas vezes encontra dificuldades, evidenciando a importância de uma equipe multidisciplinar no processo de inclusão escolar.

#### **Sensibilização de todos os servidores da instituição de ensino**

A inclusão efetiva do discente com TEA na estrutura escolar requer a disseminação de conhecimento sobre o espectro e o TEA para todos os profissionais da instituição educacional, não se limitando apenas aos docentes. É crucial que todos os servidores estejam informados sobre o que constitui o TEA, compreendendo suas manifestações e comportamentos específicos em diferentes situações. A escola deve assumir o papel de combate a todas as formas de preconceito, promovendo uma cultura de inclusão baseada no entendimento.

#### **Troca de experiências entre os docentes**

A realização de reuniões pedagógicas periódicas com os docentes é essencial para criar um ambiente propício à troca de informações, relatos e experiências. Essa plataforma de intercâmbio e formação é crucial para mitigar preconceitos e promover perspectivas positivas em relação à inclusão do TEA.

Fonte: adaptação de Instituto NeuroSaber, 2020.

## **4.8 Os desafios da inclusão do TEA na instituição de ensino**

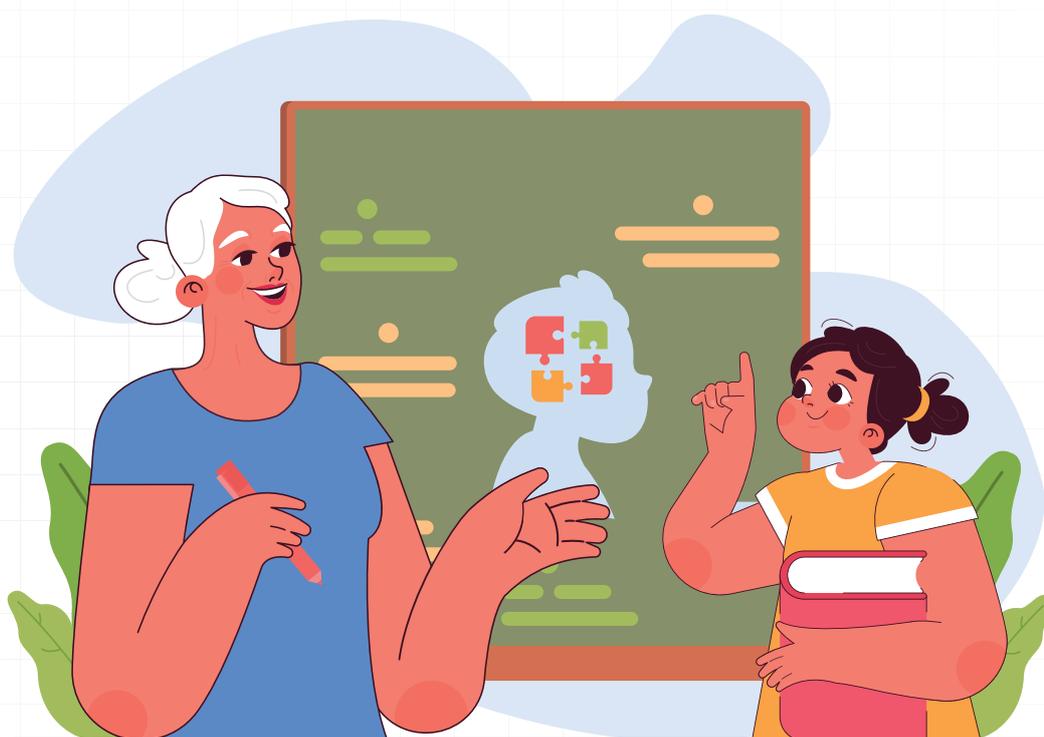
A instituição de ensino, como ambiente pedagógico, destina-se à aprendizagem do discente com TEA. Adaptações frequentemente são necessárias no conteúdo, mas isso não implica em um currículo diferenciado. Garantir que o discente com TEA tenha acesso ao mesmo currículo que seus colegas, com recursos específicos e ritmo de

aprendizagem diferenciado, é essencial. O objetivo é proporcionar uma educação inclusiva que permita ao discente com TEA alcançar os mesmos objetivos educacionais de seus pares.

A intenção é afirmar que o discente com TEA, da mesma forma que qualquer outro discente, deve engajar-se em processos de aprendizagem e desenvolvimento. Sua participação em sala de aula não deve se dar sem um planejamento pedagógico apropriado, que leve em consideração suas dificuldades, habilidades e necessidades específicas. A abordagem pedagógica deve ser adaptada de modo a proporcionar uma experiência educacional significativa e inclusiva para o discente com TEA.

O conteúdo inclusivo refere-se àquele em que o discente com TEA obtém aprendizado de natureza pedagógica. Diante dos desafios e dificuldades, é imperativo persistir e empenhar-se naquilo que está ao nosso alcance. Buscar conhecimento e envolver a família, a escola e outros profissionais torna-se essencial para colaborar efetivamente no processo de inclusão do discente com TEA.

A inclusão beneficia todos os envolvidos, promovendo um ambiente escolar enriquecido pela diversidade. Os docentes não necessitam recriar esse contexto, mas sim buscar o suporte que lhes é legalmente garantido para efetivar a inclusão em sala de aula. O respeito à diversidade não apenas fortalece o aprendizado do discente com NEE, mas também contribui para o desenvolvimento de uma comunidade escolar mais aberta e inclusiva (Instituto NeuroSaber, 2021).



## 5 ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA PARA DISCENTES COM TEA

Ao haver respaldo legal para a inclusão de pessoas com deficiência em instituições de ensino, sejam elas de nível básico ou superior, é imperativo iniciar reflexões e implementar ações institucionais que viabilizem a inclusão efetiva desse segmento de discentes.

A prática da inclusão diz respeito não apenas às modificações regulamentares e estruturais, mas também influencia profundamente a cultura organizacional das instituições. Exige que, tanto no âmbito administrativo quanto no pedagógico, haja uma constante assimilação das perspectivas inclusivas.

Nesse sentido, acredita-se que uma instituição que gradualmente incorpora processos inclusivos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com clareza e condições reais de realização, avança de forma mais eficaz ao moldar seus Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) sob uma ótica inclusiva.

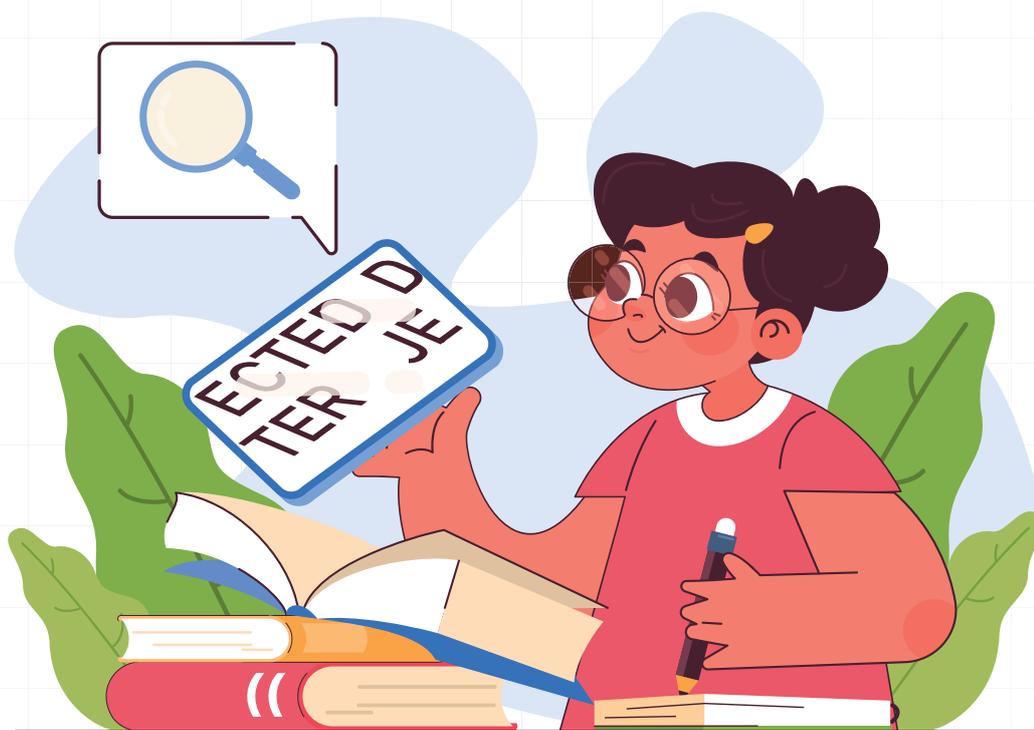
Assim, desde os servidores técnico-administrativos até os docentes, cada um em suas atribuições específicas, deve receber formação contínua e orientação para participar de maneira ativa desse processo de inclusão. Isso se justifica pelo fato de estarem, em suas atividades cotidianas, em contato direto com discentes portadores de deficiência ou quaisquer NEE.

Como já mencionado anteriormente, a inclusão, para contribuir para o acolhimento e a permanência, transcende a mera inserção do discente na sala de aula regular; ela implica integrá-los plenamente em todas as atividades, proporcionando condições para interação e a construção autônoma de novos conhecimentos, respeitando o tempo individual do discente. O acompanhamento da aprendizagem deve ser uma colaboração entre docentes e familiares, uma vez que ambos desempenham papéis complementares, enriquecendo os conhecimentos adquiridos pelo discente.

O PNE, delineado pela Lei nº 10.172/01, ressalta a prioridade da inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular, configurando-o como modalidade de educação escolar. O PNE enfatiza, ademais, a necessidade de oferecer educação em diversos níveis de ensino (Paula; Peixoto, 2019).

Nesse contexto, observa-se que a legislação é bastante explícita quanto à necessidade de os educadores acolherem a inclusão de discentes com TEA. Entretanto, é evidente que ainda existe resistência à aceitação desses discentes no ambiente escolar,

uma vez que muitos profissionais da educação carecem de uma formação inicial apropriada. Além disso, é notório que a oferta de formação continuada é limitada, comprometendo a capacitação desses profissionais para lidar de maneira adequada com a presença e a permanência de discentes com autismo no ambiente escolar (Paula; Peixoto, 2019).



## 6 ESTRATÉGIAS PARA ELIMINAR BARREIRAS PARA O ACESSO A INCLUSÃO DE DISCENTES COM TEA

Uma das principais barreiras para a inclusão de pessoas com TEA é o preconceito e a discriminação. Muitas pessoas desconhecem o TEA e têm uma visão equivocada sobre as pessoas com essa condição. Isso pode levar a atitudes de exclusão e violência, dificultando a participação social dessas pessoas (Bosa, 2022; Soares, 2022).

A educação é um direito fundamental para todas as pessoas, incluindo aquelas com TEA. Contudo, é observado que muitas escolas não estão adequadamente equipadas para atender às necessidades específicas desses estudantes (Soares, 2022). Essa lacuna pode resultar em uma experiência escolar frustrante e insatisfatória, dificultando o processo de aprendizagem e desenvolvimento para os discentes com TEA. O desafio reside, portanto, em garantir a adequada preparação das instituições educacionais para proporcionar uma experiência inclusiva e eficaz para todos os discentes, independentemente de suas necessidades particulares.

Apesar dos esforços em prol da inclusão, diversas barreiras ainda impedem a plena participação e o sucesso de discentes com TEA nesse ambiente. Essas barreiras podem ser categorizadas em várias dimensões:

### Barreiras físicas e arquitetônicas

Muitas instituições ainda enfrentam desafios em termos de infraestrutura física acessível. Barreiras como a falta de rampas, elevadores, banheiros adaptados e corredores largos podem limitar a mobilidade e a participação dos discentes com PcD. Essas limitações podem afetar diretamente o acesso aos espaços de ensino, laboratórios e atividades práticas, excluindo os discentes de uma parte essencial da formação técnica.

### Barreiras atitudinais

Atitudes negativas, estereótipos e preconceitos ainda persistem em relação aos discentes com deficiência no ambiente educacional. Essas atitudes podem ser manifestadas por colegas, docentes ou funcionários da instituição. A falta de sensibilização e de conhecimento sobre as necessidades e capacidades dos discentes com deficiência pode criar um ambiente hostil e desmotivador, afetando o bem-estar emocional e psicológico desses discentes.

### Barreiras tecnológicas e pedagógicas

A falta de recursos tecnológicos acessíveis e de metodologias pedagógicas adaptadas pode ser uma barreira significativa para a inclusão no ensino técnico. Materiais didáticos não adaptados, plataformas online sem acessibilidade e métodos de ensino inflexíveis podem limitar a participação e o aprendizado dos discentes com NEE. A ausência de capacitação adequada para os docentes em relação à inclusão e ao uso de tecnologias assistivas também pode impactar negativamente a experiência desses discentes.

## 7 ORIENTAÇÕES E CONCEITOS



**ACESSIBILIDADE** - A Acessibilidade de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, nº13.146 de 2015 e do Decreto da Acessibilidade, nº 5296 de 2005, é a possibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida alcançar com segurança e autonomia mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, os meios de transportes, informação e comunicação, e ainda, as tecnologias e outros serviços de uso coletivo em todos os espaços (Brasil, 2015).

**ACESSIBILIDADE CURRICULAR** - É a garantia de que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, possam acessar e participar plenamente do currículo escolar. Inclui a adaptação de materiais didáticos, recursos tecnológicos e metodologias de ensino para atender às necessidades individuais de cada aluno (Nascimento, 2013).

**ADAPTAÇÃO CURRICULAR** - Consiste na garantia de ensino, que assegura adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais da pessoa com deficiência, para exercer o desempenho de suas atividades acadêmicas em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Estas adaptações curriculares ocorrem por meio da oferta de apoio necessário, que garantam condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem (Brasil, 2015).



**CID** - Classificação Internacional de Doenças e Transtornos Mentais.

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA** - Constitui como um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008).





**PESSOA COM DEFICIÊNCIA** - Considera-se pessoa com deficiência de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº13.146/2015 aquela que tem impedimento em longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

**TECNOLOGIA ASSISTIVA** - Conforme a Lei nº13.146/15, art. 3º, III é uma expressão utilizada para identificar todos os “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, prática e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. Em uma perspectiva de desenvolvimento das potencialidades humanas, valorização de desejos, habilidades, expectativas positivas (Brasil, 2015).



**Fonte:** adaptação de cartilha - Orientações pedagógicas e técnicas para o relacionamento junto a pessoas com deficiência intelectual e transtorno do Espectro Autista - TEA, [2016].

## 8 CONTATO DOS NAPNE's DO IFPI

CAMPUS	E-MAIL
Angical	napne.caang@ifpi.edu.br
Campo Maior	napne.cacam@ifpi.edu.br
Cocal	napne.cacoc@ifpi.edu.br
Corrente	napne.cacor@ifpi.edu.br
Dirceu Arcoverde	napne.cadir@ifpi.edu.br
Floriano	napne.caflo@ifpi.edu.br
José de Freitas	napne.cajfr@ifpi.edu.br
Oeiras	napne.oeiras@ifpi.edu.br
Parnaíba	capar.napne@ifpi.edu.br
Paulistana	napne.capau@ifpi.edu.br
Pedro II	napne.capedii@ifpi.edu.br
Picos	napne.capic@ifpi.edu.br
Pio IX	napne.capix@ifpi.edu.br
Piripiri	napne.capir@ifpi.edu.br
São João do Piauí	napne.casjp@ifpi.edu.br
São Raimundo Nonato	napne.casrn@ifpi.edu.br
Teresina Central	napneifpicatce@ifpi.edu.br
Teresina Zona Sul	napne.catzs@ifpi.edu.br
Uruçuí	napne.cauru@ifpi.edu.br
Valença	napne.caval@ifpi.edu.br



Fonte: Acervo da autora (2023).

**É pelo amor que tenho por vocês, meus filhos!**

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Instituto NeuroSaber, 2020**. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/desafios-no-processo-de-escolarizacao-em-criancas-com-autismo/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Instituto NeuroSaber, 2021**. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/como-realizar-a-inclusao-do-autismo-em-sala-de-aula/#:~:text=Canal%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20aberto%20com,lo%20em%20sala%20de%20aula> . Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Instituto NeuroSaber, 2021**. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/o-passo-a-passo-para-a-inclusao-da-crianca-autista-na-escola/> Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Cartilha de Orientações pedagógicas e técnicas para o relacionamento junto a pessoas com deficiência intelectual e transtorno do Espectro Autista** - TEA, v.4. 21 p. [2016]. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/documentos/Vol.4.CARTILHA.TEA.pdf> . Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Lei das diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf> . Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá

outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm) . Acesso em: 29 jul. 2023

BRASIL. **Lei nº12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2012]. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm) . Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília, DF, 2015. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) . Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf).1996 . Acesso em: 04 nov. 2022.

BOSA, C. A. **Autismo: uma visão multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Editora EDUR.2002.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista [online]. 2020.** Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 09 de set. 2023.

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi; MARTINEZ, Luciana Bolzan Agnelli; POLLI, Letícia Migliat. Características psicomotoras y sensoriales de niños con trastorno del espectro autístico (TEA) en atención de Terapia Ocupacional. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**, 137–146, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uchile.cl/index.php/RTO/article/view/57404> . Acesso em: 30 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ – IFPI. RPDI – **Resolução nº56 de 02 de agosto de 2021 do Conselho Superior (CONSUP)**. Atualiza a Política da Diversidade e Inclusão para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, e dá outras providências. Teresina, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPht-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 09 de set. 2023.

LIMA, Isabela Barreiros Pinheiro; MARTINS, Paula Prestrelo Costa; CUSATI, Iracema Campos; ANGELO, Rita di Cássia de Oliveira. Características do transtorno do espectro autista e sua influência na aprendizagem: uma revisão integrativa. **Revista Sustinere**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 343–374, 2023. DOI: 10.12957/sustinere.2023.63902. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/63902>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MECCA, T.; BRAVO, R.; VELLOSO, R.; SCHWARTZMAN, J.; BRUNONI, D.; TEIXEIRA, M. **Rastreamento de sinais e sintomas de transtornos do espectro do autismo em irmãos. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, 2011. n.33. p. 116–120. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/DyWrZtPCGK4vFmmcDjspFQK/> Acesso em: 03 mar. 2023.

NASCIMENTO, Leonel. **Transformando a educação: a importância da acessibilidade curricular**, 2023. Disponível em: <https://www.vlibras.com.br/acessibilidade-curricular/#:~:text=A%20acessibilidade%20curricular%20%C3%A9%20a,necessidades%20individuais%20de%20cada%20aluno.Acesso em: 29 nov. 2023.>

ONOHARA, A. M. H.; VASSELO, A. C. F.; SANTOS CRUZ, J. A.; MARIANO, M. L. **A cultura e a formação de professores. Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 295–301, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/12033/7842>. Acesso em: 29 nov. 2023.

PAULA, Jessyca Brennand de; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. **Cadernos da Pedagogia**, v. 13, n. 26, p. 31–45, out./dez. 2019. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1289>. Acesso em: 20 nov. 2023.



REZENDE, Vanessa da Costa; LORENZ, Vera Regina. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): o que precisamos aprender?** . São Carlos – SP, UFSCar, 2021. Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/transtorno-do-espectro-autista-tea-o-que-precisamos-aprender/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SOARES, Ana. Caroline; MARTINS, Claudete da Silva Lima. Barreiras e atitudes frente à inclusão de um aluno com características autistas. **Revista Práxis Educativa**, v. 17, n.1, p. 1-18, 2022. Disponível em: [https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq\\_trabalhos/18205/seer\\_18205.pdf](https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/18205/seer_18205.pdf) . Acesso em: 30 nov. 2023.



## **Isabel dos Santos Lima**

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPI (2022), Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual do Piauí (2008) e Especialização em Educação Infantil pela Universidade Estadual do Piauí (2011). Atualmente é Bibliotecária Documentalista e Coordenadora da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – *Campus* Teresina Zona Sul, atuando principalmente na área de dinamização de Bibliotecas.



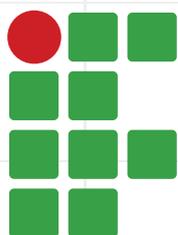
## **Jalva Lilia Rabelo de Sousa**

Possui Bacharelado em Administração e Licenciatura em Letras, mestrado e doutorado em Administração de Empresas. É avaliadora ad hoc de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, docente efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – *Campus* Parnaíba do eixo gestão e negócios. É coordenadora adjunta e docente do mestrado PROFEPT (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) da linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Têm experiências e publicações na área de Administração e Ensino com ênfase em: organização e memórias, EPT, NAPNE, educação inclusiva, gestão pública, empreendedorismo, planejamento, gestão estratégia de instituição de ensino públicas/privadas e avaliação institucional.



**PROFEPT**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Piauí

ISBN: 978-65-86592-92-4

**CDL**



9 786586 592924